

Uma Velha Política de Getúlio

4. III. 52

Falando há dias, na Câmara, o deputado Herbert Levy referiu um fato profundamente significativo. O Instituto do Açúcar e do Alcool, devidamente autorizado pelo Governo, aumentou em 40 cruzeiros o preço do açúcar. A Associação dos Usineiros de S. Paulo veio a publico para dizer que não lhe era necessário o aumento decretado e se recusava a faturar o novo preço. Redargue o presidente do Instituto, pessoa de nomeação e confiança do Governo Federal, que, neste caso, requisitará todo o açúcar para o revender ao preço estabelecido, isto é, com a majoração de Cr\$ 1,30 por quilograma.

De modo que estamos diante desse fato verdadeiramente espantoso: o produtor, ou, para falar mais precisamente, um importante setor da produção recusa-se a elevar o preço, porque já o considera amplamente remunerador, e um governo populista, que se elegeu graças às promessas de barateamento da vida, ameaça requisitar a mercadoria, não para a vender mais barato, senão para a vender mais caro!

Bastaria este único fato para demonstrar que há alguma coisa de profundamente errado na política econômica em vigor no País. Quando tudo estaria a aconselhar o mais facil acesso de um artigo de largo consumo, como o açúcar é o governo quem lhe força a alta, entrando em conflito não só com os consumidores, que são toda a população, mas até com os produtores de uma importante região do País.

Ora, como se poderá conceber, numa democracia, a intervenção do Poder Público no campo econômico? Intuitivo parece que a ação oficial deve encaminhar-se a fomentar, orientar, aperfeiçoar baratear a produção. Assim, pelo menos, o aconselha o interesse geral. Com produção abundante, boa e acessível, todos se beneficiam. Beneficia-se o produtor, que terá facilmente assegurada a colocação da sua mercadoria; beneficia-se o consumidor, que poderá satisfazer sem esforço as suas necessidades. Estabelece-se, em suma, o que se chama a prosperidade geral.

A intervenção do governo, pois, deve ser indireta, além de esclarecida. Só anormalmente, em caso de calamidade publica, ou quando grupos de produtores se mancomunam para burlar as leis econômicas e explorar os consumidores, instituindo monopólios, deve intervir diretamente o governo na economia, e o deve fazer para restabelecer a normalidade, isto é, restaurar o imperio das leis econômicas, subvertidas pela especulação. Em qualquer conjuntura, porém, não deve o governo esquecer que a produção tem por finalidade o consumo e às necessidades e conveniências deste deve adaptar-se. Sobrepôr o produtor ao consumidor é subverter a ordem natural das coisas é subordinar o fim ao meio.

Ora, a política econômica que há mais de vinte anos se vem praticando no País é, graças principalmente aos chamados institutos de produção, justamente inversa da que a razão aconselharia. Se é verdade que algumas vezes se tem melhorado o produto, como aconteceu com o vinho, verdade ainda mais geral é que ele se tem valorizado artificialmente, quase sempre sem vantagem do verdadeiro produtor, que se vê oprimido e expoliado pela falsa burocracia que tais organizações encarnam.

Chegou-se, dest'arte, a uma total inversão da função econômica do Estado no regime democrático. Em vez de opor-se aos monopólios, à organização anti-social dos produtores, entre nós foi o Estado mesmo quem tomou a iniciativa de semelhante organização, suprimindo a concorrência e obrigando os produtores a enquadrar-se nos chamados institutos de produção. Na contenda entre consumidores e produtores, o Estado tomou

partido por êstes contra aqueles. Nisto consiste uma das principais causas do encarecimento da nossa produção, representada, quase toda, por artigos básicos de largo consumo popular.

Não se pense, porém, que os produtores, em geral, tenham sido beneficiados com semelhante politica. O verdadeiro produtor, o que moureja nos campos, é geralmente explorado pela alta burocracia instalada nos Institutos como o rato num queijo. Da artificiosa valorização do produto, uma parte mínima, talvez irrisória, chega até a sua bolsa. Frontalmente contrária aos mais legítimos interesses do consumidor que se vê explorado por verdadeiro monopólio, a politica dos Institutos não consulta frequentemente os interesses dos produtores, que, além de peados nos seus movimentos, se vêem também explorados no seu trabalho pela burocracia que lhes assumiu a tutela.

A quem se deve, porém, tão ruinosa orientação econômica? A quem se deve, num país de economia livre, a instituição desse dirigismo assestado contra o consumidor? O iniciador dessa politica no Rio Grande do Sul, o responsável pela sua difusão a todo o País, foi o sr. Getúlio Vargas. Como governador do Estado, foi quem promoveu a organização dos então chamados sindicatos de produção; como governante do Brasil, nacionalizou os monopólios, até então de âmbito estadual e, no Estado, sempre combatidos.

Ao chefe populista pertence a gloria da organização que requisita a produção, para a vender mais caro ao consumidor. Dele, e somente dele se queixem os que hoje não têm dinheiro bastante para comprar o açúcar de que precisam